

**Curso/Disciplina:** DIREITO PROCESSUAL PENAL OBJETIVO

**Aula:** CONEXÃO E CONTINÊNCIA – Continuação- 19

**Professor(a):** Elisa Pittaro

**Monitor(a):** Paula Caroline Nascimento de Oliveira

## Aula nº. 19

### CONEXÃO E CONTINÊNCIA

(Continuação)

**Art. 78.** Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras:

(...)

IV - no concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá esta.

A dúvida seria o que é “especial”, nos termos do inciso IV do art. 78 do CPP.

Aqui o critério seria por eliminação. Poderia ser a Justiça do Trabalho? Não, pois não possui competência criminal. Seria a Justiça Militar? Poderia ser, pois tem competência criminal, mas não é, pois esta possui regramento de modo diferenciado no art. 79 do CPP. O que sobra? A justiça Eleitoral.

Assim, havendo conexão entre crime comum e eleitoral, todos serão julgados pela justiça eleitoral.

Cuidado, quando for competência do Tribunal Do Júri, conforme já explanado nas outras aulas. Apenas lembrando, a competência será do Tribunal do Júri.

#### 1. REGRAS DE SEPARAÇÃO

**Art. 79.** A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo:

I - no concurso entre a jurisdição comum e a militar;

II - no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.

§ 1º Cessará, em qualquer caso, a unidade do processo, se, em relação a algum co-réu, sobrevier o caso previsto no art. 152.

§ 2º A unidade do processo não importará a do julgamento, se houver co-réu foragido que não possa ser julgado à revelia, ou ocorrer a hipótese do art. 461.

Vamos comentar cada item do presente artigo, mas antes peço que façam remissão no inciso I do seu código, à Súmula 90 do STJ, vejamos seu teor:

Súmula 90 STJ - Compete à Justiça Estadual Militar processar e julgar o policial militar pela prática do crime militar, e à Comum pela prática do crime comum simultâneo àquele.

Vamos iniciar os comentários ao §1 que cita o art. 152 CPP. Trata-se de uma das hipóteses em que o um dos réus no curso do processo, é constatado possuidor de doença mental.

§ 1o Cessará, em qualquer caso, a unidade do processo, se, em relação a algum co-réu, sobrevier o caso previsto no art. 152.

Art. 152. Se se verificar que a doença mental sobreveio à infração o processo continuará suspenso até que o acusado se restabeleça, observado o § 2o do art. 149.

§ 1o O juiz poderá, nesse caso, ordenar a internação do acusado em manicômio judiciário ou em outro estabelecimento adequado.

§ 2o O processo retomará o seu curso, desde que se restabeleça o acusado, ficando-lhe assegurada a faculdade de reinquirir as testemunhas que houverem prestado depoimento sem a sua presença.

Aqui é importante rever as hipóteses em que a doença mental surge no decorrer do processo.

É irrelevante se no processo cível já foi determinado à doença mental. O importante é quando e se foi instaurado incidente de insanidade mental, do art. 149 CPP, onde um perito criminal diagnosticará se há ou não uma doença e até que ponto isto repercute na capacidade penal.

Ou seja, não basta a doença mental, é necessário que esta doença interfira na capacidade de auto determinação. Vejamos o art. 149 do CPP:

Art. 149. Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, seja este submetido a exame médico-legal.

§ 1o O exame poderá ser ordenado ainda na fase do inquérito, mediante representação da autoridade policial ao juiz competente.

§ 2o O juiz nomeará curador ao acusado, quando determinar o exame, ficando suspenso o processo, se já iniciada a ação penal, salvo quanto às diligências que possam ser prejudicadas pelo adiamento.

Portanto, os laudos trazidos da esfera cível serve tão somente para determinar a necessidade de instauração do incidente, não interferindo neste.

Instaurado o incidente e comprovado o problema mental, o perito deve dizer também, quando o indivíduo tinha a doença mental. Se antes ou após o cometimento do crime. Assim, temos 03 hipóteses:

a) **A época do crime o agente era completamente imputável:**

Art. 151. Se os peritos concluírem que o acusado era, ao tempo da infração, irresponsável nos termos do art. 22 do Código Penal, o processo prosseguirá, com a presença do curador.

Deste modo, o processo seguirá normalmente, contudo, com a presença de um curador, e se no final ficar comprovado o cometimento do crime, será aplicada medida de segurança. Neste caso, também aplicar-se-á o teor da Súmula 527 do STJ, então, por gentileza, façam as devidas remissões:

Súmula 527-STJ: O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado.

b) **O agente do crime passou a ostentar doença mental após a prática do crime:**

Art. 152. Se se verificar que a doença mental sobreveio à infração o processo continuará suspenso até que o acusado se restabeleça, observado o § 2o do art. 149.

§ 1o O juiz poderá, nesse caso, ordenar a internação do acusado em manicômio judiciário ou em outro estabelecimento adequado.

§ 2o O processo retomará o seu curso, desde que se restabeleça o acusado, ficando-lhe assegurada a faculdade de reinquirir as testemunhas que houverem prestado depoimento sem a sua presença

Art. 149. Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, seja este submetido a exame médico-legal. (...)

§ 2o O juiz nomeará curador ao acusado, quando determinar o exame, ficando suspenso o processo, se já iniciada a ação penal, salvo quanto às diligências que possam ser prejudicadas pelo adiamento.

O processo será suspenso até que se constate o restabelecimento da sanidade mental. Durante esse período de suspensão, aplica-se a seguinte regra:

§ 1o O juiz poderá, nesse caso, ordenar a internação do acusado em manicômio judiciário ou em outro estabelecimento adequado.

Crítica: por esta regra, o indivíduo ficaria internado por prazo indeterminado, já que a sua responsabilização seria apurada tão somente após o restabelecimento da sanidade mental, caracterizando uma prisão perpetua, o que não é admitido pela Carta Maior.

Então, **neste caso, o que tem sido aplicado? Como a doutrina trabalha isso?** Para a doutrina, este paragrafo é inconstitucional, pois, não se pode deixar uma pessoa internada por prazo indeterminado sequer discutindo a responsabilidade criminal do indivíduo. Portanto, a solução seria deixar o processo

prosseguir aplicando-se analogicamente o art. 151 do CPP. Então, façam a remissão nesse parágrafo, à Súmula 527 do STJ, aplicável também a esta hipótese.

**c) Doença mental surgida durante o cumprimento da pena:**

A pena deverá ser convertida em medida de segurança.

Aqui existe uma grande polêmica que será melhor detalhada quando houver abordagem sobre Execução penal. Por enquanto, basta saber que neste caso, devemos adotar o posicionamento de que ele só poderá ficar internado pelo equivalente ao restante da pena, descontando o que já foi cumprido.

Observem que o teor da súmula 527 do STJ, que não se aplica a esta hipótese.

Feitas as explicações, seguimos analisando o art. 79, agora abordando o parágrafo 2.

**Art. 79. A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo:**

(...)

**§ 2o A unidade do processo não importará a do julgamento, se houver co-réu foragido que não possa ser julgado à revelia, ou ocorrer a hipótese do art. 461**

O CPP sofreu uma grande reforma em 2008. Antes, havia duas situações no procedimento do Júri, a primeira, dizia respeito a sentença de pronuncia, pois o réu tinha que ser intimado pessoalmente da sentença, se o réu não fosse localizado, o processo seria suspenso.

A segunda situação dizia respeito à intimação da data de julgamento em plenário do Júri, pois o réu deveria estar presente no plenário, sob efeito de suspensão do processo. Essas hipóteses que existiam a presença do réu não existem mais.

Hoje, ele pode ser julgado à revelia, razão pela qual a primeira parte do referido artigo restou esvaziada, não possuindo aplicabilidade.

Por sua vez, a parte final do paragrafo, faz menção ao art. 461 que também foi esvaziado, sendo agora o art. 469, que será tratado nas próximas aulas.

**Art. 469. Se forem 2 (dois) ou mais os acusados, as recusas poderão ser feitas por um só defensor. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)**

**§ 1o A separação dos julgamentos somente ocorrerá se, em razão das recusas, não for obtido o número mínimo de 7 (sete) jurados para compor o Conselho de Sentença. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)**

**§ 2o Determinada a separação dos julgamentos, será julgado em primeiro lugar o acusado a quem foi atribuída a autoria do fato ou, em caso de co-autoria, aplicar-se-á o critério de preferência disposto no art. 429 deste Código. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)**

